

Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*

Manuela MARTINS
Francisco Sande LEMOS

Resumo:

Avalia-se neste trabalho a evolução do Projecto de *Bracara Augusta*, iniciado em 1976 para fazer face ao salvamento da cidade romana, ameaçada de destruição pela expansão urbana de Braga para sul e oeste. Realiza-se, simultaneamente, um balanço das principais fases do projecto, bem como dos seus principais resultados. Para além da bibliografia produzida, fornece-se uma relação exaustiva das escavações e salvamentos realizados nos vinte anos de vida deste projecto.

Palavras-chave:

Projecto de *Bracara Augusta*; Arqueologia Urbana

1. INTRODUÇÃO

O projecto de salvamento de *Bracara Augusta* completou em 1996 duas décadas de existência. Tendo constituído o primeiro projecto de salvamento urbano de uma cidade histórica portuguesa, nascido de condicionantes políticas e económicas particulares e de um contexto de activismo cívico relacionado com a defesa do património histórico e cultural, emergente na década de 70, este projecto permitiu trazer à luz do dia os vestígios de uma cidade romana, conhecida das fontes escritas e epigráficas, mas cujas características eram ignoradas. De facto, a cidade romana de *Bracara Augusta* renasceu através da Arqueologia Urbana e da actividade continuada de uma equipa que, unida em torno de um projecto, foi paulatinamente descobrindo o urbanismo primitivo, retalhos dos seus edifícios, vestígios das suas actividades.

Pese embora todas as condicionantes que este projecto sofreu, ao longo de vinte anos, entendemos justificar-se um balanço, quer das suas origens, quer da sua evolução, quer ainda das realizações que permitiu. Em jeito de historial, e tendo em vista uma leitura histórica dos meandros em que se tece a evolução da Arqueologia Urbana em Portugal, procuraremos avaliar, neste trabalho, aquelas que julgamos terem sido as principais fases de vida deste projecto.

2. ANTECEDENTES

A história da redescoberta da cidade romana de *Bracara Augusta*, ao longo do século XX, é uma história curta, com pouco mais de trinta anos, assente no binómio descoberta – destruição. De facto, a maior parte da área onde jaziam as ruínas da cidade romana esteve preservada

até aos anos 60, tendo sofrido apenas destruições pontuais, cuja memória nos chegou pelas referências escritas de Carlos Teixeira, de Russel Cortez e do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha. Será só a partir dos anos 60/70 que se iniciam as maciças destruições decorrentes da expansão da cidade moderna para sul e sudoeste, facto que deu origem às primeiras sondagens, realizadas pelo Cónego Arlindo e por J.J. Rigaud de Sousa, em Maximinos e no Largo de S. Paulo.

Tentando impedir a destruição sistemática dos vestígios romanos J. J. Rigaud de Sousa propôs, em 1973, uma zona histórica e arqueológica para Braga, com limites de protecção bem definidos, a qual nunca chegaria a ser publicada. A expansão construtiva com o correlativo aniquilamento dos solos arqueológicos de Braga iria, assim, prosseguir por mais alguns anos, desencadeando uma profunda reacção pública por parte de alguns sectores da população bracarense.

A constituição da Codep, animada por um sector mais esclarecido relativamente ao património cultural da cidade, acabaria, graças ao dinamismo e poder de intervenção dos seus agentes, por determinar a criação, em 1976, do Campo Arqueológico de Braga, tutelado pela recém criada Universidade do Minho. O seu objectivo, o Salvamento de *Bracara Augusta*, anunciava o itinerário para a acção de uma jovem equipa de arqueólogos e técnicos que se iria formar em Braga, unida inicialmente em torno de um Campo Arqueológico e, posteriormente, dispersa entre duas instituições: a Unidade de Arqueologia, criada em 1977, que integrou os quadros técnicos superiores, e o Museu D. Diogo de Sousa, revitalizado em 1980, que absorverá os restantes técnicos.

3. 1ª FASE DO PROJECTO: O PRIMADO DO SALVAMENTO E PROTECÇÃO

O ano de 1976 foi o ano de graça da arqueologia bracarense¹, tendo-se então assistido ao nascimento de um Campo Arqueológico, encarregado de proceder a salvamentos na área urbana e à delimitação da área da cidade romana, iniciativa pioneira na arqueologia portuguesa da altura, ao mesmo tempo que se implementava um conjunto inédito de mecanismos jurídicos a fim de salvar *Bracara Augusta*.

A constituição de um Grupo Executivo Inter-ministerial (GATZAB), encarregado de proceder ao estudo da situação criada em Braga pela descoberta de ruínas da cidade romana, anunciava o fim do aniquilamento do património soterrado, quer através do desenvolvimento de trabalhos arqueológicos, quer através da iniciativa de promover um novo plano de urbanização para Braga, mais adequado à realidade da existência, no subsolo, das ruínas de uma cidade, que teria de ser preservada. Governantes e arqueólogos pareciam, assim, estar de acordo relativamente à importância dos terrenos arqueológicos de Braga, que deveriam ser identificados, delimitados e salvaguardados para o futuro, através de leis consequentes e de um novo plano urbanístico que desviassem a pressão construtiva para áreas sem ruínas.

O Decreto Lei 640/76, de 30 de Julho, que definia uma Zona Arqueológica de Braga, de apreciável extensão, reconhecida como valioso Património Cultural nacional e europeu, cons-

¹ Para uma cronologia pormenorizada do Salvamento de *Bracara Augusta*, pode consultar-se o texto intitulado "Dossier - Salvamento *Bracara Augusta*" (Delgado *et alii* 1989).

tituiu o corolário das referidas intenções, mantidas no espírito do Decreto Lei 99-A/77, de 30 de Julho, que renovou as disposições anteriores, com ligeiras alterações à área anteriormente protegida, bem como no do Decreto Lei 65/78, de 8 de Julho, que prorrogaria por mais um ano as anteriores medidas cautelares.

A publicação deste pacote legal, que libertava da ameaça construtiva cerca de dois terços da cidade romana, foi acompanhado por um número significativo de intervenções de salvamento e emergência, em áreas onde já se tinham iniciado obras. Correlativamente, o Estado adquiriu uma extensa área de terrenos, na colina do Alto da Cidade, onde interesses particulares haviam sido postos em causa pela descoberta de ruínas arqueológicas. Encontrava-se nessa situação toda a área envolvente do edifício das termas, descoberto em 1977, já depois de nela se terem implantado os saneamentos e arruamentos, bem como o terreno chamado de "Praia da Sapatas", situado na R. Damião de Góis, a oeste do anterior conjunto arqueológico. Estes terrenos acabariam por transitar para a posse do município.

Tal conjunto de iniciativas, empreendidas entre 1976-1979, baseadas em despachos conjuntos de vários ministérios, enfermava, contudo, de um carácter provisório, obrigando a constantes prorrogações. No sentido de ultrapassar esta situação precária, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho elaborou, em 1980, uma proposta de Decreto Lei que regulamentava o regime de construção na Zona Arqueológica de Braga. No entanto, por razões várias, tal proposta jamais viria a concretizar-se em diploma jurídico, ficando, assim, os terrenos arqueológicos de Braga sem qualquer protecção legal efectiva, posteriormente a 1979.

A ausência de legislação protectora, a inexistência de um novo plano de urbanização para Braga que substituísse o anterior, bem como a transferência de boa parte dos terrenos arqueológicos para particulares, anteriormente na posse da banca nacionalizada, acabariam por determinar, a partir dos anos 80, uma nova fase de pressão construtiva sobre a área arqueológica de Braga.

Não descurando a importância da conservação das ruínas e a sua preservação futura, os responsáveis pelo Projecto de *Bracara Augusta* decidiram propor a classificação dos vestígios já escavados, como forma de salvaguardar o seu enquadramento. Nesta iniciativa insere-se a classificação, quer das ruínas da Zona arqueológica das Carvalheiras, identificadas em 1983, quer de um troço da muralha romana na Quinta do Fujacal, descoberto em escavações realizadas em 1982, quer, ainda, das próprias termas do Alto da Cidade, classificadas, estas últimas, como Monumento Nacional pelo Decreto Lei 1/86, de 3 de Janeiro. A definição de uma área de protecção especial a este último monumento viria a materializar-se na Portaria 214/88, de 11 de Abril, cuja regulamentação tardou três longos anos a efectivar-se, através da Portaria 861/91, que consignou, dentro do perímetro especial de protecção da área das termas romanas do Alto da Cidade, uma Zona de Construção Condicionada e uma Zona *non edificandi*.

Não estava na mente da equipa, que se constituiu em Braga em 1976, escavar sistematicamente a extensa área da cidade romana. Pelo contrário, como procurámos salientar, era intenção salvaguardar tão preciosa área arqueológica para o futuro, pois o seu estudo constituía, naturalmente, um trabalho de gerações, carecendo de financiamentos múltiplos, de equipas extensas e de uma lógica de conservação e musealização de ruínas, cujos custos seriam incomportáveis num curto espaço de tempo. Pretendiam os responsáveis do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* delimitar a cidade romana, proceder aos inevitáveis acompanha-

mentos, emergências e salvamentos necessários, realizando, paralelamente, algumas escavações programadas, tendo em vista o estudo do urbanismo e da arquitectura da antiga cidade romana.

Este programa de trabalho viria a ser inevitavelmente comprometido pelos acontecimentos posteriores a 1980, facto que conduziria a uma reorientação dos objectivos do Projecto. Na verdade, quase toda a área de *Bracara Augusta* se viria a tornar numa extensa e descontínua área de salvamento, porque a pressão construtiva se avolumou de forma gigantesca. Como consequência deste novo enquadramento, os arqueólogos foram chamados a intervir em múltiplas e diferentes situações, tornando-se incapazes de realizar o estudo sistemático das escavações que iam ocorrendo, ou de realizar trabalhos programados com objectivos específicos de investigação.

Após um período negro, durante os anos de 1990/91, em que ocorreram várias destruições na área arqueológica de Braga (Lemos 1991, 207-241), consequência inevitável da incapacidade dos organismos de tutela para conterem os apetites construtivos que cobiçavam os valiosos terrenos, a Câmara Municipal de Braga criou um Gabinete de Arqueologia, no âmbito do Centro Histórico, gabinete que passaria a controlar todas as situações de emergência naquela área, bem como a acompanhar as múltiplas obras que, no perímetro urbano, tivessem incidência sobre o subsolo arqueológico. Perante a possibilidade de ser sacrificada a zona *non edificandi* da Colina da Cidade, a Câmara Municipal adquiriu os referidos terrenos, salvaguardando-os, assim, da construção. Finalmente, o Plano Director Municipal acabaria por impor medidas cautelares a áreas arqueológicas dentro do perímetro urbano, definindo, noutros casos, algumas pequenas zonas de reserva arqueológica, onde apenas poderão ser construídos equipamentos de superfície.

Face a este novo enquadramento, que se desenhou a partir de 1992, foi possível aos responsáveis do Projecto de *Bracara Augusta* orientarem-se para uma consolidação do Projecto, reforçando a componente científica. Iniciou-se, assim, uma segunda fase, que beneficiou da criação de uma segunda equipa de intervenção urbana, sediada no Gabinete de Arqueologia da Câmara, mas, também, de um regulamento de procedimentos relativos às obras na área urbana histórica de Braga, que passou a estar sujeita a condicionantes arqueológicas impostas pelo próprio município.

4. A 2ª FASE DO PROJECTO: O PRIMADO DA INVESTIGAÇÃO

Face às necessidades de intervenção sistemática no perímetro urbano, o Projecto de *Bracara Augusta* acabaria por se tornar num verdadeiro projecto de Arqueologia Urbana. Este facto, determinaria, por sua vez, a obtenção de numerosos dados relativos ao urbanismo da cidade romana, cujas características se foram precisando com novas e crescentes intervenções. Não o podendo fazer de modo programado, pois, em meio urbano, é impossível a obediência a um plano prévio, nem tão pouco de modo descansado, pois as inúmeras intervenções atrasaram sobremaneira o estudo e valorização dos resultados, a verdade é que o primado dos salvamentos urbanos acabaria por revolucionar o conhecimento sobre a Braga romana.

Podemos considerar que, até aos anos 90, o avanço dos conhecimentos sobre a Braga

romana resultou de uma mera acumulação de informações dispersas, propiciadas pelas intervenções de salvamento, cujos resultados, nem sempre se traduziram num acréscimo significativo de informações, condicionadas que estavam pela importância relativa e diferenciada das áreas escavadas. Depois, a avalanche de intervenções de salvamento nem sempre permitiu uma conveniente ou rápida interpretação dos resultados.

De facto, se durante alguns anos foi quase inviável levar a bom termo aqueles que constituíam os objectivos principais do projecto, consignados em 1986 – a delimitação da cidade; a detecção da muralha; a delimitação das áreas de necrópoles; a conclusão das escavações do edifício das termas do Alto da Cividade; o estudo da zona arqueológica das Carvalheiras –, foi possível, por outro lado, recolher inúmeros fragmentos de uma cidade sepultada, que, uma vez relacionados, começaram a desenhar a forma urbana de *Bracara Augusta*.

Foi assim possível, graças à descoberta feita em 1983, num salvamento realizado na zona das Carvalheiras, e a duas outras, registadas quase dez anos depois, uma nos terrenos anexos ao Antigo Albergue Distrital e outra numa sondagem numa casa da Rua Frei Caetano Brandão, avançar, pela primeira vez, para uma proposta de restituição da malha urbana de *Bracara Augusta* (Martins e Delgado 1989/90). Esta viria a ser posteriormente confirmada pelo prosseguimento das escavações na zona das Carvalheiras, que acabariam por revelar mais duas ruas, exactamente nos locais onde era suposta a sua existência. Outras intervenções realizadas em vários locais da cidade, ao longo da década de 90, permitiram confirmar e rectificar, nalguns pontos, o modelo urbano inicialmente proposto.

Se estes ensinamentos não alteraram o tipo de registo efectuado no campo, que sempre se considerou de grande importância e ao qual sempre se exigiu sistemática qualidade, eles obrigaram, todavia, a uma crescente necessidade de reavaliação permanente dos dados já obtidos, pois a sua racionalização facultava importantes e significativos melhoramentos nas observações e interpretações.

Foi em parte com esse objectivo que viriam a ser retomadas, em 1990, as escavações no edifício das termas do Alto da Cividade, praticamente interrompidas durante toda a década de 80, tendo em vista a conclusão do estudo do edifício. Com o mesmo intuito retomaram-se as escavações da zona arqueológica das Carvalheiras, pretendendo-se, assim, definir os limites da habitação aí detectada.

A década de 90 viria a revelar-se fundamental para o conhecimento do urbanismo de *Bracara Augusta*. A multiplicação de escavações em vários locais da cidade, particularmente no Centro Histórico, asseguradas, a partir de 1993, pela Unidade de Arqueologia e pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, com o conseqüente aumento de informações, foi decisiva para a compreensão da evolução urbana da cidade romana, permitindo ampliar e renovar os objectivos do Projecto.

Por outro lado, tornava-se imperioso iniciar o estudo sistemático dos materiais procedentes de largas dezenas de escavações, de forma a definir cronologias, técnicas e importações.

Todavia, a investigação necessária à concretização dos objectivos do Projecto carecia de um equipa de arqueólogos que nenhuma das instituições no terreno, Unidade de Arqueologia, Museu D. Diogo de Sousa e Gabinete de Arqueologia da Câmara, possuía, pois os seus recursos humanos encontravam-se prioritariamente direccionados para as escavações e tratamento do espólio. Foi, por isso, decisivo, para o desenvolvimento do Projecto, a criação de um

Mestrado de Arqueologia na Universidade do Minho, em 1993-94, com uma especialização em Arqueologia Urbana, que passou a funcionar a partir de 1995.

A possibilidade de formar e, simultaneamente, integrar num projecto de Arqueologia Urbana, licenciados em áreas do conhecimento tão heterogéneas como a Arqueologia, a História, a Arquitectura e a Informática, viria a constituir-se como um meio de abrir várias frentes de investigação que, de outro modo, seriam inviáveis.

Foi assim possível concretizar alguns estudos, já concluídos, e iniciar outros, impossíveis de realizar pela escassa equipa permanente ligada ao Projecto. Entre eles, conta-se o estudo da tecnologia das cerâmicas de produção local, iniciado em 1993, em colaboração com o Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho e com o Instituto Tecnológico Nuclear de Lisboa, projecto que já deu os seus frutos, numa dissertação dedicada à cerâmica “dita bracarense” (Leite 1997), encontrando-se outros em execução². Foi igualmente por esta via que se iniciou o estudo das ânforas romanas de Braga, tendo sido concluído e publicado um primeiro trabalho sobre esta temática (Morais 1998). Foi, também, através do Mestrado de Arqueologia que se deu início ao estudo arquitectónico dos edifícios romanos, designadamente das termas do Alto da Cividade e das Carvalheiras, no âmbito de várias dissertações³.

No entanto, a realização do estudo sistemático das escavações de Braga colocava, face à enorme quantidade de informações, um importante desafio, pois implicava reapreciar, rever, processar e interpretar um enorme acervo de dados, acumulado ao longo de vinte anos de escavações sistemáticas, a maior parte das quais ainda inéditas.

A necessidade de avaliação de enormes quantidades de informação, apenas acessíveis através dos cadernos de campo das escavações, iria obrigar a equipa responsável pelo Projecto de *Bracara Augusta* a encontrar mecanismos de fácil acesso e compatibilização das informações, de modo a viabilizar, em tempo útil, a realização de estudos específicos. Tal necessidade obrigaria a apostar nas novas tecnologias de informação e na informatização sistemática dos registos.

5. A 3ª FASE DO PROJECTO: O PRIMADO DA GESTÃO INTEGRADA

Verificámos que o Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* conduziu à realização de dezenas de intervenções arqueológicas na área urbana de Braga, que se traduziram num vasto acervo de registos pormenorizados, a maioria dos quais ainda por tratar, explorar e publicar. Por outro lado, o facto de existirem presentemente em Braga três instituições que asseguram o enquadramento científico e técnico daquele projecto, a saber, a Unidade de Arqueologia, responsável pelo estudo e direcção científica das escavações, o Museu D. Diogo de Sousa,

² Encontram-se em preparação duas dissertações sobre a tecnologia da cerâmica de Braga. Uma delas incide no estudo da cerâmica fina alto-imperial, da responsabilidade de Ana Maria Gomes. A outra respeita ao estudo da tecnologia da cerâmica alto-medieval, da responsabilidade de Alexandra Gaspar, ambas orientadas pela Doutora Isabel Prudêncio, do Instituto Tecnológico Nuclear.

³ Entre elas merecem destaque as que se encontram em curso sob responsabilidade do Arquitecto Rui Coelho da Silva, relativa à casa das Carvalheiras, e da Arquitecta Paula Silva, sobre o edifício público termal do Alto da Cividade, aguardando-se a sua conclusão em 1999.

responsável pelo espólio das escavações e pela documentação e o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, responsável pelas intervenções de emergência e salvamento na área do Centro Histórico, conduziu a uma inevitável dispersão de informações e registos, o que dificulta a sua utilização rápida e regular.

Tais constrangimentos acabariam por tornar indispensável o recurso às novas tecnologias de informação, tendo em vista a criação de um sistema centralizado de armazenamento e gestão dos registos de campo de *Bracara Augusta*, de modo a facilitar o seu tratamento sistemático, posterior estudo e publicação. De facto, os consideráveis avanços realizados nos sistemas informáticos, em termos da gestão integrada da informação gráfica e cartográfica, constituem um suporte indispensável às necessidades da Arqueologia de salvamento, facilitando a resolução de problemas de armazenagem, investigação e divulgação.

Com base em tais objectivos e pressupostos foi submetido, ao Programa Praxis XXI de 1996, um projecto destinado a avaliar os problemas específicos da Arqueologia Urbana de Braga e a encontrar as soluções adequadas no âmbito das novas tecnologias de informação. O projecto foi aprovado, encontrando-se em fase de implementação.

Neste momento, o Projecto de *Bracara Augusta* constitui, pois, um projecto integrado que articula três componentes diferenciadas: as escavações de salvamento e as orientadas por objectivos estritamente científicos, ou seja, os estudos, a gestão e divulgação da informação.

O carácter aleatório dos salvamentos não permite desenhar objectivos específicos para este tipo de trabalho, para além daqueles que são naturalmente impostos pelos contextos específicos e cujos resultados são posteriormente inseridos na rede de conhecimentos disponível sobre a cidade de *Bracara Augusta*. O mesmo não acontece, naturalmente, com as escavações orientadas, que se destinam a resolver questões relacionadas com o urbanismo e a arquitectura. Lamentavelmente, tais escavações estão submetidas a constrangimentos especiais, pois dependem de financiamentos específicos, nem sempre fáceis de conseguir.

Os estudos em curso, no âmbito do projecto, incidem sobre várias temáticas, podendo ser agrupados nas seguintes directrizes: estudo do urbanismo e arquitectura dos edifícios, tendo em vista a sua reconstituição; estudo do material variado que se encontra depositado no Museu D. Diogo de Sousa, procedente de duas décadas de escavações, entre o qual se contam as cerâmicas, vidros, moedas, metais, e objectos vários de uso quotidiano; estudo do interface entre a cidade e o meio envolvente, quer em termos de aprovisionamento de matérias-primas fundamentais à vida urbana (água, pedra), quer em termos do abastecimento da cidade.

Os objectivos do estudo do urbanismo e arquitectura têm em vista proceder à recuperação da topografia antiga da cidade romana, à definição dos limites da malha ortogonal e à identificação das características da arquitectura pública e privada, tendo por base a conclusão do estudo do edifício público das termas do Alto da Cidade e da zona arqueológica das Carvalheiras, a identificação do sistema de distribuição de água na cidade, a definição da rede de saneamento e, por último, a confirmação do local do *Forum*.

Os objectivos definidos para o estudo do interface entre a cidade e o meio envolvente contemplam a análise dos recursos e matérias-primas usadas na construção, designadamente, através da identificação das pedreiras, de abastecimento da cidade, em diferentes épocas construtivas, a identificação das fontes de abastecimento hídrico à cidade e o estudo da organização do povoamento rural da região envolvente de Braga, bem como da ocupação suburbana.

Por sua vez, os objectivos consignados para o estudo dos materiais procedentes das escavações visam a avaliação da vida económica da cidade, através da análise da produção artesanal, das importações e da circulação monetária. Pretende-se identificar os fabricos locais de louça comum, definir as áreas de proveniência das cerâmicas finas importadas e estudar a circulação monetária, no Alto e Baixo Império.

Por sua vez, a componente de gestão e divulgação da informação pretende, através do recurso às novas tecnologias, proceder ao tratamento e gestão dos dados por meios informáticos, de modo a preservá-la, torná-la mais acessível aos investigadores e divulgá-la de um modo mais rápido. Os principais objectivos, neste domínio, orientam-se, prioritariamente, para a organização de uma base de dados geo-referenciada de todos os registos das escavações e para o desenvolvimento de instrumentos informáticos para a gestão e investigação, sobretudo ao nível do desenho assistido por computador.

Simultaneamente, constitui intenção dos responsáveis pelo Projecto de *Bracara Augusta* ensaiar a recriação de modelos virtuais dos conjuntos arquitectónicos escavados, de modo a tornar o património arqueológico de Braga mais compreensível e acessível ao grande público.

No cumprimento dos diferentes objectivos acima referidos trabalha presentemente uma equipa de duas dezenas de investigadores, muitos dos quais no âmbito da realização de teses de Mestrado e Doutoramento.

ESCAVAÇÕES

Descriminam-se de seguida, por anos e campanhas, as intervenções arqueológicas realizadas em Braga entre 1976 e 1998.

1976

01. "Praia das Sapatas" = **BRA76A**
02. R. Damião de Góis/R. Dos Bombeiros Voluntários = **BRA76B**

1977

02. R. Damião de Góis/R. Dos Bombeiros Voluntários = **BRA76B**
03. Termas = **BRA78P; BRA78PB**
04. Casa da Bic = **BRA78U**

1978

05. Rua 25 de Abril (zona a oeste do Hospital de Braga) = **BRA78A; B; C; E**
06. Pelames; Rua de S. Geraldo (traseiras das casas) = **BRA78K**
03. Termas = **BRA78P; BRA78PB**
07. Colina = **BRA78SH; BRA78W**
08. Livraria Cruz = **BRA78VX**
09. Seminário de Santiago = **BRA78ST**
10. Casa da Bica = **BRA78U**

1979

- 04. Sudeste da Casa da Bica = **BRA79S**
- 11. S. João do Souto = **BRA79A**
- 12. Pero Magalhães Gândavo = **BRA79B1A** e **BRA79E** (vala CTT).
- 13. Rua do Caires = **BRA79C**
- 14. Rua Rocha Peixoto = **BRA79F**
- 15. Rua de S. Sebastião = **BRA79G**
- 03. Termas = **BRA79P; BRA79PH; BRA79PJ; BRA79T**
- 16. Rua do Alcaide = **BRA79ST**
- 17. Colina = **BRA79S**
- 18. Rua Damião de Góis (vala CTT) = **BRA79D**
- 08. Livraria Cruz = **BRA79VX**

1980

- 19. Rua dos Marchantes = **BRA80A**
- 13. Rua do Caires – necrópole = **BRA80C; B**
- 20. Cangosta da Palha – necrópole = **BRA80D**
- 21. Largo de Maximinos – necrópole = **BRA80E**
- 22. Rua Sá de Miranda = **BRA80F**
- 03. Termas = **BRA80T**

1981

- 23. Capela dos Coimbras = **BRA81D; E; F**
- 24. Convento dos Remédios – necrópole = **BRA81A; B**

1982

- 25. Granjinhos = **BRA82A**
- 26. Cardoso da Saudade, Antiga Fábrica = **BRA82CS**
- 05. Rua 25 de Abril = **BRA82 25Ab**
- 27. Albergue Distrital = **BRA82DS**
- 28. Palácio* = **CTT82**
- 29. Largo de S. Paulo = **BRA82B**
- 30. Quinta do Fujacal = **BRA82FUJ**
- 31. Rodovia = **BRA82B e C**

1983

- 30. Quinta do Fujacal = **BRA83FUJ**
- 32. Rua da Nossa Senhora do Leite = **BRA83NLS**
- 33. Carvalheiras = **BRA83CARV**
- 05. Rua 25 de Abril = **BRA83 25Ab**
- 26. Cardoso da Saudade = **BRA83CS**
- 03. Termas = **BRA83T**

1984

- 32. Rua da Nossa da Senhora do Leite = **BRA84NSL**
- 33. Carvalheiras = **BRA84CARV**
- 34. Rua 25 de Abril (Edifício dos Granjinhos) = **BRA84 25Ab**

1985

- 33. Carvalheiras = **BRA85CARV**
- 35. Seminário de S. Tiago = **BRA85SST**

1986

- 36. Cavalariças = **CVL86**

33. Carvalheiras = **BRA86CARV**

03. Termas = **BRA86T**

01. Praia das Sapatas = **BRA77**

1987

- 37. Cangosta da Palha – necrópole = **BRA/CPA87**
- 33. Carvalheiras = **BRA87CARV**
- 36. Cavalariças = **CVL87**
- 38. Rua D. Gualdim Pais, Quarteirão da = **BRA87GP**

1988

- 39. Largo do Paço (claustro) = **BRA88Paço**
- 36. Cavalariças = **BRA88CVL**
- 38. Rua D. Gualdim Pais, Quarteirão da = **BRA88GP**

1989

- 39. Largo do Paço (claustro) = **BRA88Paço**
- 36. Cavalariças = **BRA89CVL**
- 40. Sé/Capela mor (SRAZN Maio/Junho) = **BRA89Sé**
- 33. Carvalheiras = **BRA89CARV**
- 41. Granjinhos norte (muro) = **BRA89GRANJ**

1990

- 40. Sé/Capela mor (SRAZN Maio/Junho) = **BRA89Sé**
- 36. Cavalariças = **BRA90CVL**
- 03. Termas = **BRA90T**
- 33. Carvalheiras = **BRA90CARV**

1991

- 42. Casa da Roda (SRAZN)
- 03. Termas = **BRA91T**

- 36. Cavalariças = **BRA91CVL**
- 03. Carvalheiras = **BRA91CARV**
- 43. Cardoso da Saudade (**SRAZN**)

1992

- 33. Carvalheiras = **BRA92CARV**
- 27. Albergue Distrital = **BRA92ALB**

1993

- 33. Carvalheiras = **BRA93CARV**
- 30. Quinta do Fujacal = **BRA93FUJ**
- 44. Granjinhos = **BRA93GRANJ**

1994

- 44. Granjinhos = **BRA94GRANJ**
- 03. Termas = **BRA94T**
- 45. Carvalheiras (tabuleiro sul – Sondagens Geofísicas e arqueológicas) = **CARV94**
- 03. Carvalheiras = **BRA94T**
- 30. Quinta do Fujacal = **BRA94FUJ**
- 46. Rua de S. Geraldo nº 34 = **BRA94SG**
- 47. Avenida da Liberdade (nec.) = **BRA94AVL**
- 48. Avenida Central = **BRA94AVC**

1995

- 03. Termas = **BRA95T**
- 49. Zona do Hospital (novo bloco operatório) = **BRA95HOSP**
- 46. Rua de S. Geraldo nº 34 = **BRA95SG**
- 50. Café Miragem – Avenida Central = **BRA95**
- 27. Albergue distrital – Bibliopolis = **BRA95ALB**
- 51. Área envolvente da Fonte do Ídolo = **BRA95FI**
- 52. Terrenos da Misericórdia = **BRA95MIS**
- 53. Campo da Vinha = **BRA95CV**

1996

- 52. Jardim da Misericórdia = **BRA96JMIS**
- 54. Cerca do Seminário de S. Tiago = **BRA96SST**
- 27. Albergue Distrital = **BRA96ALB**
- 55. Colégio da Sagrada Família (rua de S. Geraldo nº 69) = **BRA96CSF**
- 03. Termas = **BRA96T**
- 56. Largo S. João do Souto, imóvel 2-5 = **BRA96LSJS**
- 57. Rua de S. Sebastião – Reservatório de água = **BRA95TA**
- 58. Rua do Anjo n.º 55 = **BRA96RA55**

1997

59. Sé Catedral = **BRA97SÉ**
 03. Termas = **BRA97T**
 27. Albergue Distrital = **BRA97ALB**
 30. Quinta do Fujacal = **BRA97FUJ**

1998

59. Sé Catedral = **BRA97SÉ**
 30. Quinta do Fujacal = **BRA97FUJ**
 03. Termas = **BRA97T**
 27. Albergue Distrital = **BRA97ALB**
 52. Jardins da Misericórdia = **BRA98JMIS**
 60. Frei Caetano Brandão, n.º 183 (logradouro) = **BRA98FCB**

BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA NO ÂMBITO DO PROJECTO DE BRACARA AUGUSTA

- ALARCÃO, J. (1975-76) – Campo Arqueológico de Braga, *Humanitas*, 27-28, Coimbra, pp. 272-274.
 ALPOIM, N. (1994) – Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga: relato de uma experiência, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 15-18
 ALVES, F.; H. B. Nunes; F. S. Lemos; E. P. Oliveira (1977) – O Salvamento de Bracara Augusta: 1 – O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga). Breve história, organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 7/9, Lisboa, pp. 416-423.
 ALVES, F.; H. B. Nunes; F. S. Lemos; E. P. Oliveira (1978) – O salvamento de *Bracara Augusta*: 2 – Cartografia e nomenclatura arqueológica, *Minia*, 2ª série, 1 (1), Braga, pp. 45-58.
 DELGADO, M. (1984) – Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, *Lucerna*, Porto, pp. 179-196.
 DELGADO, M. (1985) – Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 9-40.
 DELGADO, M. (1987) – Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 187-199.
 DELGADO, M. (1988) – Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 35-49.
 DELGADO, M. e L. dos Santos (1984) – Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, Braga, pp. 49-70.
 DELGADO, M.; L. A. T. Dias; F. S. Lemos e A. Gaspar (1984) – Intervenções na área urbana de *Bracara Augusta* (1983), *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 95-106.
 DELGADO, M. e F. Sande Lemos (1985) – Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 159-176.
 DELGADO, M. e A. Gaspar (1986) – Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
 DELGADO, M. e F. S. Lemos (1986) – Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
 DELGADO, M.; F. S. Lemos e M. Martins (1987) – Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 179-186.
 DELGADO, M. e M. Martins (1988) – Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 79-93.
 DELGADO, M.; M. Martins e F. S. Lemos (1989) – Dossier – Salvamento de *Bracara Augusta*, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-41.
 GASPAR, A. (1985) – Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 51-125.

- GASPAR, A.; M. Delgado; F. S. Lemos (1986) – O Salvamento de Bracara Augusta, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- LEITE, F. M. S. (1997) – *Contribuição para a localização do centro de produção da cerâmica dita "Bracarense"*, Braga (tese de Mestrado policopiada).
- LEMOS, F. S. (1989) – Património arqueológico de Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 115-116.
- LEMOS, F. S. (1989) – Património arqueológico português: a Fonte do Ídolo em Braga, *Forum*, 5, Braga, 114-115.
- LEMOS, F. S. (1990) – Património arqueológico II: Braga, Rua Francisco Sanches, *Forum*, 8, Braga, pp. 148-149.
- LEMOS, F. S. (1991) – Dossier Bracara Augusta – destruição: I – Notícias da Imprensa, *Forum*, 9/10, Braga, pp. 207-241.
- LEMOS, F. S. (1992) – Património Arqueológico II, *Forum*, 8, Braga, pp. 146-158
- LEMOS, F. S. (1995) – *Bracara Augusta: recuperação da memória urbana*, *Forum*, 17, Braga, pp. 63-84.
- LEMOS, F. S. (1996) – Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga, *Forum*, Braga, pp. 49-56.
- LEMOS, F. S.; M. Delgado e M. Martins (1988) – Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 69-78.
- LEMOS, F. S., M. Martins, M. Delgado (1995) – À descoberta de Bracara Augusta: um projecto de Arqueologia urbana no Norte de Portugal, *Forum*, 17, Braga, pp. 53-60.
- MARTINS, M. (1988) – Moldes de síntulas com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 23-33.
- MARTINS, M. (1991-92) – *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8/9, Braga, pp. 177-197.
- MARTINS, M. (1992-93) – História e Memória de Bracara Augusta: um difícil diálogo passado-presente, *Forum*, 12-13, Braga, pp. 3-16
- MARTINS, M. (1995) – A cidade como elemento romanizador: o exemplo de Bracara Augusta, *A Cidade e o mundo: Romanización e cambio Social*, 73º Curso de Verán, Universidade de Vigo, pp.183-202.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90) – As necrópoles de Bracara Augusta: os achados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, pp. 41-186.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90a) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 11-38.
- MARTINS, M., M. Delgado, J. Alarcão (1994) – Dezasseis anos de Arqueologia Urbana em Braga. Problemática da reconstituição de uma cidade romana, *Bracara Augusta*, XLV, 97 (110), Braga, pp. 71-85.
- MARTINS, M., M. Delgado e J. Alarcão (1994) – Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta: Balanço dos resultados, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIV (1-2), Porto, pp. 303-319.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1995) – Bracara Augusta: uma cidade na periferia do Império, *Actas do Colóquio Internacional de Arqueologia "Los finisterres atlanticos en la antigüedad (época preromana y romana)"*, Julho 1995, Gijón, pp. 121-128.
- MARTINS, M., F. Sande Lemos, M. Delgado, A. Cunha (1996) – Bracara Augusta, capital da Gallaecia meridional: história, urbanismo e arquitectura, *Congresso Internacional "Los Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico"* (no prelo).
- MORAIS, R. (1998) – *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 8, Braga
- NUNES, H. B. e E. Oliveira (1988) – Documentos de Bracara Augusta. O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e a Defesa do Património Arqueológico de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga pp. 93-152.
- SILVA, I., C. Guimarães e L. Carneiro (1994) – O Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa e a preservação e valorização das ruínas arqueológicas em Braga, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 313-318.